



MARINHA DO BRASIL

DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL

ANEXO VII

(Processo Administrativo nº 63187.000755/2026-31)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Aviso de Contratação Direta — Dispensa de Licitação — Art. 75, I, Lei nº 14.133/2021 Assessoria Técnica de Engenharia Consultiva — Complexo Edificado da Ilha da Paz — SFS/SC Documento de apresentação facultativa — aplicável exclusivamente a ME, EPP e MEI

ATENÇÃO — APRESENTAÇÃO FACULTATIVA: Esta Declaração deve ser apresentada somente por fornecedores que se enquadrem como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempendedor Individual (MEI), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e que desejem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido previsto nos Arts. 42 a 49 daquela Lei. Fornecedores que não se enquadrem nessas categorias estão dispensados de apresentar este Anexo.

1. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Razão Social / Nome:

CNPJ / CPF:

Endereço:

Cidade / UF/CEP:

Representante Legal:

CPF do Representante:

Cargo/Função:

E-mail institucional:

Telefone / WhatsApp:

Ano Calendário em curso: 2026

Receita Bruta Anual (ano anterior):

63187.000755/2026-31

2. ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO – MARQUE A CATEGORIA APLICÁVEL		
()	MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	Receita bruta anual de até R\$ 81.000,00 Art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006 Comprovação: CCMEI (Certificado da Condição de MEI)
()	MICROEMPRESA (ME)	Receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 Art. 3º, I, da Lei Complementar nº 123/2006 Comprovação: Declaração de enquadramento ou certidão da Junta Comercial
()	EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e de até R\$ 4.800.000,00 Art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123/2006 Comprovação: Declaração de enquadramento ou certidão da Junta Comercial

3. DECLARAÇÃO

A empresa (ou profissional autônomo) acima identificada, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, vem, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do item 4.12 do Aviso de Contratação Direta da Dispensa Eletrônica instaurada pela Delegacia da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul (DeLSFSul — UASG 785342), DECLARAR, de forma livre, consciente e irrevogável, que:

I — Se enquadra na categoria assinalada no quadro acima — Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) —, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, com base na receita bruta auferida no ano-calendário imediatamente anterior ao desta declaração.

II — No ano-calendário de 2026, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento na sua categoria, nos termos do Art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei nº 14.133/2021 c/c o Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

III — Está apta a usufruir do tratamento diferenciado e favorecido previsto nos Arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularização de restrições fiscais para fins de habilitação (Art. 43, §§ 1º e 2º), com prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para saneamento de irregularidades fiscais supervenientes.

IV — Não se enquadra em nenhuma das hipóteses de exclusão do tratamento favorecido previstas no Art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, em especial:

a) não tem como sócio pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de EPP;

b) não é filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) não é resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica ocorrida nos últimos 5 (cinco) anos;

d) não é constituída sob a forma de cooperativas, exceto as de consumo; e

e) não possui capital participado ou composto por pessoa jurídica.

V — Compromete-se a comunicar imediatamente à DelSFSul qualquer alteração em sua situação que implique a perda do enquadramento como ME, EPP ou MEI durante a vigência do contrato — incluindo o desenquadramento por superação do limite de receita bruta —, sob pena de aplicação das sanções previstas no Art. 155 da Lei nº14.133/2021.

VI — Tem ciência de que a falsidade desta Declaração — incluindo a declaração inverídica de enquadramento como ME/EPP/MEI para usufruir indevidamente do tratamento favorecido — configura infração administrativa prevista no Art. 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021 e crime de falsidade ideológica nos termos do Art. 299 do Código Penal, sujeitando o declarante à declaração de inidoneidade, ao impedimento de licitar e contratar e à responsabilização civil e penal cabíveis.

VII — As informações prestadas nesta Declaração são verdadeiras e encontram-se amparadas nos registros contábeis e fiscais da empresa, disponíveis para apresentação à DelSFSul sempre que solicitados.

BENEFÍCIOS DO TRATAMENTO DIFERENCIADO APLICÁVEIS NESTA DISPENSA		
Benefício	Fundamento Legal	Aplicação
Regularização de restrições fiscais após habilitação provisória	Art. 43, §§ 1º e 2º LC123/2006	Prazo de 5 dias úteis (prorrogável) para sanar irregularidades fiscais
Desempate ficto em favor de ME/EPP/MEI	Art. 44 e 45 LC123/2006	Art. 44 e 45 LC123/2006
Dispensa de inscrição nos cadastros estadual e municipal (MEI)	Art. 4º, § 3º Lei 14.133/2021 c/c LC 123/2006	MEI dispensado de CND Estadual e Municipal para habilitação
Retenção de ISS e contribuições previdenciárias conforme regime Simples Nacional	LC 123/2006 IN RFB 1.234/2012	Apresentar comprovante de enquadramento no Simples Nacional junto à NF para isenção de retenções

ATENÇÃO — FALSIDADE: A declaração falsa de enquadramento como ME/EPP/MEI para obtenção indevida de tratamento favorecido constitui comportamento inidôneo previsto no Art. 155, inciso X, e no item 11.1.10 do Aviso de Contratação Direta, sujeitando o fornecedor à

UASG 785342 ANEXO VIII — Continuação Declaração de enquadramento como MEI, ME OU EPP.

declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública pelo prazo de 3 a 6 anos, além das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Por ser verdade, firmo a presente Declaração, sob as penas da lei.

São Francisco do Sul / SC, _____ de _____ de 2026.

Nome completo do Representante Legal

Cargo / Função

CNPJ / CPF:

RG: _____ CPF:

CARIMBO DA EMPRESA

(CNPJ / Razão Social) Categoria marcada: () MEI () ME () EPP

Nota: Esta Declaração é de apresentação facultativa, exigida exclusivamente de fornecedores que desejem usufruir do tratamento diferenciado da LC nº 123/2006. Deve ser apresentada junto com a proposta inicial no sistema Compras.gov.br. Admite-se assinatura eletrônica nos termos do Decreto nº 10.543/2020. A comprovação do enquadramento poderá ser exigida a qualquer momento durante o procedimento e durante a vigência do contrato.